



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

**CONTRATO DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO Nº 010/2021**

O **Estado do Rio Grande do Sul**, por intermédio da **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**, sito na Av. Borges de Medeiros, nº 1555, 12º e 13º andar, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 08.838.143/0001-89, representado neste ato pelo seu titular **Sr. Juvir Costella**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 280.084.210-53, doravante denominado **CONCEDENTE**, e **S. MARIA DE FREITAS EIRELI**, com sede domiciliada na Rodovia Acesso Rivaldo A. dos Santos, s/nº, anexo ao Aeroporto M. Marisala 06, Bairro Parque Industrial Vitorasso, CEP 78.746-055, Rondonópolis / MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.121.249/0001-77, representada neste ato por **Tiara Freitas Suzuki**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 011.713.711-10 doravante denominado **CONCESSIONÁRIA**, para a execução do objeto descrito na Cláusula Primeira – Do Objeto.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do processo administrativo eletrônico **PROA 20/1800-0000101-4**, regendo-se pelo artigo 1º da Lei nº 5.332/67, art. 40 da Lei Federal nº 7.565/86 – Código Brasileiro de Aeronáutica, de 19 de dezembro de 1986, Resolução Nº 302 da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC de 05 de fevereiro de 2014, e demais legislações pertinentes, assim como pelas cláusulas a seguir expressas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O presente contrato tem por objeto a concessão remunerada de uso de uma área não edificada (ANE) de 63,00 m², no **Aeroporto Regional de Santo Ângelo**, conforme planta de localização anexa, para estacionamento/guarda de equipamentos de rampa, com fim de atender atividades operacionais oriundas da prestação de serviços auxiliares de transporte aéreo, com base em acordo firmado entre a Concessionária e empresa de linha aérea que opera voos regulares neste aeroporto.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

2.1. A contraprestação que a **CONCESSIONÁRIA** pagará mensalmente à **CONCEDENTE** será de R\$ 384,00 (trezentos e oitenta e quatro reais), de acordo com o item 10 da Portaria SELT 081/2019, publicada no Diário Oficial do Estado em 02/10/2019.

Av. Borges de Medeiros, 1555 – 12º e 13º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90110-150  
Fone: (51) 3288-5300





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO**

3.1. O preço do presente contrato será reajustado sempre que houver a atualização dos valores básicos de preços específicos mensais para ocupação de áreas e instalações aeroportuárias, referentes à exploração de serviços aéreos públicos, os quais são fixados em Portaria própria da Secretaria de Logística e Transportes.

3.2. O reajuste será implementado a partir do mês subsequente ao da publicação da portaria de atualização, de forma automática, sem a necessidade de celebração de termo aditivo.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO**

4.1 - O pagamento do valor retributivo e das taxas de ressarcimento deverá ser efetuado pela CONCESSIONÁRIA, até o 10 (décimo) dia do mês subsequente ao vencimento, através da Guia de Arrecadação - GA, cujo código é 505. A GA deverá ser gerada pela Concessionária, através da Internet, disponível no site [www.transportes.rs.gov.br](http://www.transportes.rs.gov.br) – Serviços e Informações – ST - Guias de Arrecadação/Taxas de Serviço – CONCESSÃO DE DIREITO DE USO – ÁREA AEROPORTO.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS RECEITAS**

5.1 - As receitas decorrentes do presente contrato serão registradas segundo a classificação 1310.02.1.1.0001, destinadas o Caixa Único do Tesouro do Estado, as quais retornam para a SELT na forma de cota de custeio código 110, com aplicação orçamentária na atividade nº 5638 – manutenção de aeroportos, em atendimento à cláusula décima – da remuneração, em especial os itens 10.2 e 10.5 do respectivo Convênios de Outorga Nº 111/2013 e 112/2013 – D.O.U de 31/07/2013.

**CLÁUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

6.1 - Os valores do presente contrato, não pagos até o vencimento da obrigação sofrerão a multa prevista no item “b” da Cláusula Décima Segunda e serão corrigidos, desde então até a data do efetivo pagamento, pro-rata die, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS**

7.1 - O prazo de vigência deste contrato será de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado sucessivamente, por iguais períodos, enquanto vigente a outorga para a exploração do serviço aéreo público a que se vincula a utilização da área, mediante Termo Aditivo, condicionado a motivação por qualquer das partes, com

Av. Borges de Medeiros, 1555 – 12º e 13º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90110-150  
Fone: (51) 3288-5300





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

antecedência mínima de 30 dias, respeitado o prazo máximo de 25 anos, conforme dispõe o artigo 14 da Resolução nº 302, de 05 de fevereiro de 2014, da ANAC.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS BENFEITORIAS E DA CONSERVAÇÃO**

8.1. As edificações, benfeitorias e instalação permanentes que vieram a ser efetuadas pela CONCESSIONÁRIA, deverão obedecer, aos projetos e especificações aprovadas expressa e previamente pela CONCEDENTE, sem prejuízo do cumprimento de outras exigências advindas do Poder Público.

8.2. As benfeitorias e instalações permanentes que vierem a ser efetuadas passarão à propriedade da CONCEDENTE, independentemente de qualquer indenização, ressalvadas as benfeitorias móveis e desmontáveis, tais como, estruturas metálicas, de fechamento, divisórias, lambris, biombo, luminárias ou outras, que poderão ser retiradas pela CONCESSIONÁRIA, desde que não integrem a estrutura e a essência do imóvel, correndo por sua conta as despesas com remoção e os riscos decorrente de seu levantamento;

**CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES**

9.1 - Dos Direitos:

9.1.1 - da CONCEDENTE

9.1.1.1 - perceber o valor ajustado, na forma e no prazo convencionado; e

9.1.1.2 - designar servidores para fiscalizar o cumprimento de cláusulas contratuais, notadamente as condições de higiene, asseio, conservação e segurança, bem como a qualidade do atendimento oferecido ao público alvo.

9.1.1.3 - findo ou rescindido o contrato, receber a área descrita na Cláusula Primeira – Do Objeto, em perfeitas condições de uso.

9.1.2 – da CONCESSIONÁRIA

9.1.2.1- receber as áreas descritas no Objeto deste contrato, nas condições em que se encontram.

9.2– das Obrigações:

9.2.1 – da CONCEDENTE:

9.2.1.1– Ceder a concessão de uso à CONCESSIONÁRIA para exploração das áreas descritas na Cláusula Primeira – Do Objeto, dando as condições necessárias a regular execução do presente contrato.

9.2.2 – da CONCESSIONÁRIA:



Av. Borges de Medeiros, 1555 – 12º e 13º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90110-150  
Fone: (51) 3288-5300





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

- 9.2.2.1 - Serão de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de danos materiais ou pessoais, causados a seus empregados, aos bens públicos ou a terceiros;
- 9.2.2.2 - Efetuar o pagamento ajustado;
- 9.2.2.3 - Atender com elevado padrão, mantendo em serviço sempre número suficiente de empregados;
- 9.2.2.4 - Cumprir e fazer cumprir pelos seus empregados, prepostos e contratados, as instruções e regulamentos da CONCEDENTE, visando a boa ordem dos serviços que ali operam, bem como a segurança aeroportuária;
- 9.2.2.5 - Conservar e manter a área em perfeitas condições de funcionamento, segurança, conservação e limpeza, dando solução adequada à retirada de lixo e seu depósito em local designado pelo Administrador Local do Aeroporto, arcando com as despesas para tanto necessárias e garantindo o estrito cumprimento da legislação ambiental vigente;
- 9.2.2.6. Pagar com o estipulado na Cláusula Quarta uma taxa de ressarcimento de água, esgoto, coleta de lixo, energia elétrica e outras taxas, se houverem, cujo valor será determinado através de rateio feito pela CONCEDENTE, bem como quaisquer ônus que recaiam sobre a área utilizada, incluindo-se tributos municipais, estaduais ou federais;
- 9.2.2.7. Solicitar a ligação elétrica para a área objeto diretamente à companhia de energia elétrica, se for o caso.
- 9.2.2.8. Não poderá realizar obras ou benfeitorias, nem transferir a presente concessão a terceiros, sem que haja autorização prévia e expressa da CONCEDENTE;
- 9.2.2.9. Respeitar e cumprir integralmente o horário de funcionamento, diariamente, incluindo sábados, domingos e feriados, ficando proibido o funcionamento dos serviços objeto da presente licitação, fora das condições aqui estipuladas, salvo em casos excepcionais devidamente autorizado pela CONCEDENTE;
- 9.2.2.10. Instalar na área, às próprias expensas, todos os equipamentos necessários e indispensáveis de acordo com os projetos aprovados pela CONCEDENTE – máquinas, móveis e utensílios ou benfeitorias e instalações fixas que venham a ser construídas – no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da autorização para início da concessão, os quais poderão ser retirados, desde que não integrem a estrutura e substância do imóvel, correndo por conta da CONCESSIONÁRIA as despesas com remoção e o risco pelo seu levantamento;
- 9.2.2.11. A CONCESSIONÁRIA é responsável por todos e quaisquer danos que causar à CONCEDENTE e/ou a terceiros, ocorridos na área ocupada no aeroporto, inclusive os praticados por pessoas físicas

Av. Borges de Medeiros, 1555 – 12º e 13º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90110-150  
Fone: (51) 3288-5300





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

ou jurídicas a ela vinculadas por prestação de serviços, devendo indenizar, de imediato, a parte prejudicada consoante art. 927 do Código Civil;

9.2.2.12. Adequar as necessidades de suas atividades à capacidade técnica das instalações do aeroporto, bem como encerrar qualquer atividade que venha a ser proibida por órgão competente;

9.2.2.13. Submeter-se à fiscalização da CONCEDENTE, através de seus agentes especialmente designados e apresentar durante a execução do contrato, sempre que solicitados documentos que comprovem o regular cumprimento da legislação em vigor, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e comerciais;

9.2.2.14. Comunicar, de imediato, qualquer alteração ocorrida em seu Contrato ou Estatuto Social, incluindo fusão ou cisão de capital social ou transferência de cotas, cuja ocorrência ensejará, de imediato, a revisão das condições contratuais, bem como manter atualizado o endereço para correspondências;

9.2.2.15. Fornecer à Administração Local do Aeroporto a relação nominal do pessoal que trabalhará no local, com a respectiva qualificação, atualizando-a quando ocorrer qualquer alteração;

9.2.2.16. Os prepostos e funcionários deverão estar identificados com credenciais que serão fornecidos pelo DAP, por solicitação do Concessionário, conforme atos normativos da ANAC (IAC e/ou Resoluções). A credencial será fornecida mediante reembolso dos respectivos custos, através de Guia de Arrecadação do Tesouro do Estado – GA, conforme preços regulados no item 11 da Portaria SELT 081/2019, publicada no Diário Oficial do Estado de 02/10/2019 e suas atualizações ;

9.2.2.17. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento, em especial pela Resolução ANAC n.º 302/14, de 05/02/2014 e legislação pertinente;

9.2.2.18. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas de seus empregados, bem como pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato;

9.2.2.19. Responsabilizar-se por não conformidades e descumprimento de legislações emanadas pela ANAC, que ensejam punições, autos de infrações e outras penalidades legais, causadas pelo Concessionário Aeroclube de Carazinho, inclusive arcando com todas as despesas decorrentes de multas pecuniárias e custas de processos oriundos das irregularidades que venham a ser cometidas.

9.2.2.20. Restituir a área concedida em perfeitas condições, no prazo de, até, 30 dias, findo ou rescindido o contrato, formalizado através de Termo de Vistoria da Área, assinado pelas partes e, caso houver necessidade, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional legalmente habilitado, com a assunção de eventuais despesas decorrentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

Av. Borges de Medeiros, 1555 – 12º e 13º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90110-150  
Fone: (51) 3288-5300







**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

10.1 A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

11.1 Este contrato poderá ser rescindido de acordo com art. 79, Lei federal nº 8.666/93.

11.2 O presente contrato poderá ser denunciado a qualquer tempo por interesse administrativo, sem que caiba à CONCESSIONÁRIA, a qualquer título, indenização ou compensação pela rescisão do contrato.

11.3 Durante a vigência deste instrumento, ficará sujeita a CONCESSIONÁRIA se der causa à rescisão, a indenizar ao CONCEDENTE em tantas vezes o valor mensal quantos forem os meses que faltarem para o término do contrato, considerando como base de cálculo o valor mensal vigente à época da rescisão.

11.4 Findo ou rescindido o contrato, o CONCEDENTE entrará de imediato e de pleno direito, na posse de área, sem que assista à CONCESSIONÁRIA qualquer direito à indenização ou compensação.

11.5 Na ocorrência de qualquer hipótese a CONCESSIONÁRIA, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, deverá retirar da área, os bens, mobiliários e equipamentos de sua propriedade, sob pena de não o fazendo, serem os mesmos considerados abandonados e com destinação a critério do CONCEDENTE.

11.6 Até a efetiva desocupação da área a CONCESSIONÁRIA obriga-se ao pagamento do preço específico e dos demais encargos estabelecidos neste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

12.1 No caso de infringência aos regramentos deste contrato, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pela CONCESSIONÁRIA, ser-lhe-ão aplicadas penalidades, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, artigo 28 da Lei Estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009, bem como Decreto estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados:

- a) Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;
- b) Multas sobre o valor atualizado do contrato:
  - de 10% (dez por cento) pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

Av. Borges de Medeiros, 1555 – 12º e 13º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90110-150

Fone: (51) 3288-5300





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

13.1 O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

14.1 Assim sendo, e por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato em duas (2) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante signatárias, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos, elegendo o Foro de Porto Alegre para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste instrumento.

Porto Alegre,            de            de 2021.

**JUVIR COSTELLA**  
Secretaria de Logística e Transportes  
Concedente

**S. MARIA DE FREITAS EIRELI**  
*S. Maria de Freitas Eireli*  
**S. MARIA DE FREITAS EIRELI**  
Concessionária

Testemunhas:

*Daiane Elias do Reis*  
*[Assinatura]*



Av. Borges de Medeiros, 1555 – 12º e 13º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90110-150  
Fone: (51) 3288-5300

**Nome do documento:** Contrato\_de\_Concessao\_Remunerada\_de\_Uso\_n\_010\_2021 - assinado.pdf

**Documento assinado por**

**Órgão/Grupo/Matrícula**

**Data**

Juvir Costella

SELT / GAB / 259369608

15/04/2021 12:09:54





PROCESSO: Nº0000038/2019 - .1 Ad 04 - EMPRESA: Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança - OBJETO: Prorrogar o prazo e alterar o índice de reajuste de IGP-M para IPCA no Contrato de Transp Valores BB/BACEN e Preparo de Numerário da Região de Passo Fundo/RS - VALOR: 1.510.000,00+reajustes - PRAZO: 12 meses a contar de 01/03/2021 - DATA CONTRATO: 22/02/2021 - ENQUADRAMENTO LEGAL: Art. 71, 72 e 81, caput, da Lei 13.303/16

Protocolo: 2021000531625

#### SÚMULA DE ADITAMENTO DE CONTRATO

PROCESSO: Nº0000145/2018 - 03 - EMPRESA: CENCOB CENTRAL ASSESSORIA EM COBRANÇA LTDA. - OBJETO: Prestação de serviços de cobrança extrajudicial, para atuação na cobrança de créditos em todo território nacional. - VALOR: Percentual de comissão conforme o Contrato. - PRAZO: 12 (doze) meses, a contar de 21/04/2021. - DATA CONTRATO: 29/03/2021 - ENQUADRAMENTO LEGAL: Art. 71, 72 e 81 da Lei 13.303/16

Protocolo: 2021000531626

#### SÚMULA DE ADITAMENTO DE CONTRATO

PROCESSO: Nº0000145/2018 - 12 - EMPRESA: SANCRED SISTEMA NACIONAL DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO LTDA. - OBJETO: Prestação de serviços de cobrança extrajudicial, para atuação na cobrança de créditos em todo território nacional. - VALOR: Percentual de comissão conforme o Contrato. - PRAZO: 12 (doze) meses, a contar de 21/04/2021. - DATA CONTRATO: 29/03/2021 - ENQUADRAMENTO LEGAL: Art. 71, 72 e 81 da Lei 13.303/16.

Protocolo: 2021000531627

#### SÚMULA DE ADITAMENTO DE CONTRATO

PROCESSO: Nº0000046/2019 - .1 Ad 02 - EMPRESA: Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança - OBJETO: Prorrogar o prazo e alterar o índice de reajuste de IGP-M para IPCA no Contrato de Transp Valores BB/BACEN e Preparo de Numerário da Região de Santo Ângelo/RS - VALOR: 1.540.000,00+reajustes - PRAZO: 12 meses a contar de 16/05/2021 - DATA CONTRATO: 22/02/2021 - ENQUADRAMENTO LEGAL: Art. 71, 72 e 81, caput, da Lei 13.303/16

Protocolo: 2021000531628

#### SÚMULA DE ADITAMENTO DE CONTRATO

PROCESSO: Nº0000145/2018 - 02 - EMPRESA: DIOGENES PAIVA NEGÓCIOS E SERVIÇOS LTDA. - OBJETO: Prestação de serviços de cobrança extrajudicial, para atuação na cobrança de créditos em todo território nacional. - VALOR: Percentual de comissão conforme o Contrato. - PRAZO: 12 (doze) meses, a contar de 21/04/2021. - DATA CONTRATO: 29/03/2021 - ENQUADRAMENTO LEGAL: Art. 71, 72 e 81 da Lei 13.303/16

### BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S A

MÁRIO BERND NETO  
Av. Getúlio Vargas, 8201  
Canoas / RS / 92010-011

#### Marketing

VANNICE ARRAIS RAMOS

#### Contratos

Protocolo: 2021000531629

#### SÚMULA DE CONTRATO

PROCESSO: Pregão Eletrônico 001/2021 - CONTRATADA: A ALLFAX TELECOMUNICAÇÕES EIRELI : OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos scanners KODAK i5250 e i3200, incluindo peça e mão de obra. FORMA DE CONTRATAÇÃO : Pregão Eletrônico 001/2021 . VALOR DO CONTRATO: R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais) mensais. PRAZO: 12 (doze) meses.

### SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

JUVIR COSTELLA  
Av. Borges de Medeiros, 1501 - 7º andar  
Porto Alegre / RS / 90119-900

#### Gabinete do Secretário

JUVIR COSTELLA  
Av. Borges de Medeiros, 1501 - 7º andar  
Porto Alegre / RS / 90119-900

#### Contratos

Protocolo: 2021000531726

#### SÚMULA DO CONTRATO DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO Nº 010/2021

**Processo Administrativo Eletrônico nº 21/1800-0000101-4****Partes:** Secretaria de Logística e Transportes e a S. Maria de Freitas Eireli;**Objeto:** Concessão remunerada de uso de uma área não edificada (ANE) de 63,00 m², no **Aeroporto Regional de Santo Ângelo**, conforme planta de localização anexa, para estacionamento/guarda de equipamentos de rampa, com fim de atender atividades operacionais oriundas da prestação de serviços auxiliares de transporte aéreo, com base em acordo firmado entre a Concessionária e empresa de linha aérea que opera voos regulares neste aeroporto.**Valor:** A contraprestação que a CONCESSIONÁRIA pagará mensalmente à CONCEDENTE será de R\$ 384,00 (trezentos e oitenta e quatro reais), de acordo com o item 10 da Portaria SELT 081/2019, publicada no Diário Oficial do Estado em 02/10/2019;**Prazo:** 60 (sessenta) meses;**Base Legal:** Artigo 40 da Lei 7.565/86 – Código Brasileiro Aeronáutico.

---

**SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DO RIO GRANDE**

---

PAULO FERNANDO CURI ESTIMA  
Av. Honório Bicalho, s/nº, bairro Getúlio Vargas  
Rio Grande / RS / 96201-020

---

**Divisão de Contratos**

---

ANTONIO CLEBER ROCHA GOULART  
Av. Honório Bicalho, s/nº - Bairro Getúlio Vargas  
Rio Grande / RS / 96201-020

---

**Contratos**

---

*Protocolo: 2021000531630***SUPRG**

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Secretaria de Logística e Transportes**

**SÚMULA DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 801 / 2016****CONTRATANTES:** Superintendência dos Portos do Rio Grande do Sul – **SUPRG**, a **Universidade Federal do Rio Grande – FURG** e a interveniente Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande – **FAURG**.**DO OBJETO:** É objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação de prazo, conforme previsto na Cláusula Décima Primeira – Dos Prazos, do Contrato original;**DA PRORROGAÇÃO:** Aa prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses a contar de **27 de abril de 2021**, conforme previsto na Cláusula Décima Primeira – Dos Prazos, do Contrato original.**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:** Todos os documentos atinentes a este Contrato encontram-se no **Processo Administrativo nº 000797-04.43/16-9 e 19/0443-0002303-6**, à disposição na SUPRG. Fica eleito o Foro de Rio Grande, RS, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

Rio Grande, 14 de abril de 2021.

Paulo Fernando Curi Estima  
**Diretor Superintendente**

---

**DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

---

LUCIANO FAUSTINO DA SILVA  
Av. Borges de Medeiros, 1555  
Porto Alegre / RS / 90110-150

---

**Direção-Geral do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem**

---